

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15 / Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1912 | 2018



Campanha Salarial: Sindesv-DF encaminha ofício aos tomadores de serviço sobre a Campanha Salarial

No dia 08/02, o Sindicato dos Vigilantes encaminhou ofício aos órgãos do GDF e governo Federal para informá-los sobre a situação das negociações da Campanha Salarial/2018. A luta e objetivo do Sindicato são o de manter todos os direitos e avanços conquistados há mais de 10 anos e o Sindicato Patronal busca o contrário, ou seja, a retirada desses direitos.

Diante do impasse, em Assembleia Geral realizada dia 03/02, a categoria definiu pelo indicativo de greve em nova Assembleia a ser realizada dia 20/02.

Relação dos órgãos que receberam o ofício:

BANCO DO BRASIL

CEF

BRB

BRADESCO

ITAÚ

SANTANDER

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA D SAÚDE – DIAO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE SEGURANÇA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROCURADORIA -GERAL DA REPUBLICA

PROCURADORIA-GERAL DO DF

MINISTÉRIO PUBLICO DO TRABALHO

MINISTERIO DA JUSTIÇA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DO ESPORTE

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DA INDUSTRIA

MINISTERIO DA CULTURA

MINISTÉRIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

MINISTÉRIO DO TURISMO

MINISTERIO DA AGRICULTURA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

INFRAMÉRICA

TJDFT

TCDF

STJ

TST

TSE

TSF

TCU

AGU

CGU

POLICIA FEDERAL

CAMARA FEDERAL

CAMARA LEGISLATIVA

SENADO FEDERAL

DETRAN

O ofício está disponível no site do Sindesv-DF para consulta. Visite www.sindesvdf.com.br

Fonte: Sindesv-DF

Nova Lei Trabalhista pode comprometer saúde das mulheres gestantes e do bebê

Lei de Temer prevê que mulheres grávidas ou amamentando podem trabalhar em locais insalubres. Afastamento em casos de risco à saúde só poderá ser feito com atestado médico

GESTANTES E LACTANTES: O QUE MUDOU COM A NOVA LEI TRABALHISTA?		
AS GESTANTES E LACTANTES PODEM TRABALHAR EM AMBIENTES INSALUBRES?	AVISO DE GESTAÇÃO EM CASO DE DEMISSÃO	AS LACTANTES TÊM DIREITO A INTERVALOS PARA AMAMENTAÇÃO?
Antes das mudanças, as grávidas ou lactantes eram proibidas de trabalharem em ambiente com qualquer grau de insalubridade. Com a nova Lei, agora o trabalho é permitido em ambientes de insalubridade de grau mínimo ou médio. Nesse caso, as trabalhadoras precisam, obrigatoriamente, apresentar um atestado de saúde para serem afastadas do trabalho.	Antes da nova Lei, a mulher que foi demitida poderia ser readmitida, caso o bebê tivesse sido gerado enquanto ela ainda estava no emprego – com exceção do período de aviso prévio, de experiência ou de trabalho temporário. O direito à estabilidade era garantido até o quinto mês pós-parto. Com as mudanças, caso a mulher seja demitida, ela só tem 30 dias para informar a empresa em caso de gravidez.	Antes da nova Lei, as mulheres tinham direito a dois intervalos diários de meia hora nos seis primeiros meses de vida dos filhos. Agora, essa determinação de horário deve ser negociada entre a trabalhadora e o patrão. E a negociação é sempre desigual, sobretudo quando a trabalhadora precisa e depende do emprego.

Uma das grandes perversidades da nova Lei Trabalhista, sancionada pelo ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), que entrou em vigor em novembro de 2017, é a alteração do texto que trata do trabalho no período de gravidez ou amamentação de uma mulher.

O texto da nova Lei, que alterou 113 pontos da legislação e praticamente rasgou a CLT, prevê que

a mulher gestante ou lactante poderá trabalhar em locais insalubres. Antes, quando a mulher engravidava, automaticamente era afastada de atividades consideradas perigosas para a sua saúde e a do bebê, independentemente do grau de insalubridade - máximo, médio ou mínimo.

Com a nova lei, a mulher que trabalha em condições de insalubridade média ou mínima será

afastada apenas se conseguir um atestado médico, que geralmente é cedido pelo médico do trabalho da própria empresa.

Isso significa que é o médico quem vai decidir se a trabalhadora de uma fábrica, exposta a barulhos ensurdecedores e repetitivos, poderá ser afastada ou não. É o que ocorrerá também com as trabalhadoras da saúde, como é o caso das enfermeiras que, nos hospitais, são expostas ao perigo do contágio de doenças, contato com produtos químicos e proximidade com aparelhos de raio-x ou ultravioleta. Esses são casos de insalubridade considerados de grau médio, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Martins Batista, diz que o texto da nova Lei contradiz todos os princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Tem muita contestação também de ministros do próprio Tribunal Superior do Trabalho a respeito da legislação”, ressalta Junéia.

O professor titular da Unicamp, Roberto Heloani, acredita que o grande problema está em como o Judiciário irá interpretar e aplicar essa nova Lei, uma vez que submeter as trabalhadoras a condições insalubres fere o princípio básico de respeito à dignidade humana e à função social do trabalho, previstos na Constituição Federal.

“Já é um absurdo qualquer trabalhador se sujeitar a condições insalubres de trabalho, no caso de gestantes é absurdamente anticonstitucional”, contesta Heloani, que também é especialista em assédio moral e sexual e ética no trabalho.

Segundo Heloani, é um direito da trabalhadora se sustentar sem violentar o seu corpo e sua alma. “Imagina o sentimento de culpa que a mulher terá ao arriscar a sua vida e a de seu filho, submetendo-se a condições insalubres porque a empresa obriga. É uma violência psíquica irreparável”, critica.

Insalubridade no local de trabalho

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT explica que as gestantes ou lactantes devem ser transferidas de local, caso o ambiente de trabalho

afete a sua saúde ou a do bebê. Quando não é possível fazer essa mudança, como é o caso de muitas fábricas do ramo químico, a trabalhadora deve ser afastada.

Porém, segundo ela, a nova Lei dificultou esse entendimento ao passar a exigir atestado quando o grau de insalubridade for mínimo ou médio. “Da forma como está redigido o texto, é como se fosse uma negociação, mas a decisão é apenas dos patrões”, critica.

“Quem vai pedir um atestado médico se tiver o medo de perder o emprego?”, questiona Juneia, que completa: “A negociação, na verdade, não existe. As trabalhadoras precisam do emprego e o patrão vai ter sempre uma posição de superioridade frente a isso”.

A pesquisadora da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho), Maria Maeno, explica que são as empresas que definem o grau de insalubridade a que as trabalhadoras estão expostas. Segundo ela, está aí um dos grandes problemas.

“No geral, as empresas não utilizam a metodologia e a aparelhagem correta para medir o grau de insalubridade. Além disso, tem o interesse dos empresários, que nem sempre estão dispostos a apurar corretamente, pois não querem pagar o adicional de insalubridade a que são obrigados por lei”, denuncia a pesquisadora.

Ela explica que é a própria empresa que registra no chamado E-social todas as substâncias e condições a que as trabalhadoras ficam expostas. “São vários os aspectos envolvidos nessa relação que sempre prejudicam a gestante. A trabalhadora fica completamente na mão da empresa”, critica.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, além da disputa jurídica sobre o entendimento da legislação e da ação sindical para reverter esse cenário, é fundamental que os colegas de trabalho e a família interfiram nesses casos como forma de garantir a essas mulheres o direito de exercer a sua atividade com dignidade e a segurança necessária à sua saúde e do bebê.

Fonte: CUT

Aumenta adesão à greve geral contra reforma da Previdência

Aumenta a adesão à greve nacional contra a reforma da Previdência que o ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP) quer aprovar a qualquer custo ainda este mês. Se for aprovada, a reforma acaba com a aposentadoria de milhões de brasileiros que terão dificuldades para cumprir as novas regras que Temer quer impor.

Depois de várias tentativas frustradas, a nova proposta do governo, que prevê aumento da idade mínima de concessão da aposentadoria para 62 anos, no caso das mulheres, e 65 anos para os homens, deve ser votada no dia 19, 20 ou 21 de fevereiro na Câmara dos Deputados, se a base aliada garantir os 308 votos necessários para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional.

“Não votaram até agora porque não têm votos. Os deputados estão com medo de aprovar essa proposta nefasta e não serem reeleitos”, disse o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Segundo Vagner, a campanha “se votar, não volta”, feita sem recursos, que contou apenas com o trabalho incansável e determinação da militância e dos dirigentes que foram a aeroportos, as bases dos deputados e em todos os espaços públicos onde eles estiveram nos últimos meses fez mais efeito do que a montanha de dinheiro que o governo distribuiu e que as campanhas milionárias do Temer nas rádios e TVs.

“Temos de aumentar ainda mais a pressão nos deputados. Quem aprovar o fim da aposentadoria pode vestir o pijama pois pra Brasília não volta. Nunca mais vai ser eleito”.

Independentemente do dia em que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) colocar a proposta em votação, o dia 19 é dia de parar Brasil,

disse Vagner.

E em todo o Brasil, as CUTs Estaduais já estavam organizadas e mobilizadas para lutar contra mais esse retrocesso. Muitas assembleias já foram feitas e atos marcados.

Confira os atos marcados e as categorias que já realizaram assembleias confirmando a paralisação:

Em São Paulo, várias categorias já realizaram assembleias e decidiram cruzar os braços no dia 19. Entre elas, motoristas de ônibus – que já marcaram nova assembleia no dia 16 para organizar a paralisação –, e professores das redes estaduais e municipais. Outras categorias que já haviam fechado posição pela greve, caso a reforma entrasse em votação, como metroviários e bancários, vão realizar assembleias para ratificar a decisão.

. Na capital paulista, tem ato público marcado para às 16h, em frente ao MASP, na Avenida Paulista.

No ABC, já aprovaram a greve em assembleia popular metalúrgicos, bancários, servidores e químicos, entre outras categorias.

No Nordeste, já realizaram assembleias os trabalhadores e trabalhadoras da Saúde e Previdência do Serviço Público Federal de Pernambuco e da Bahia; e os servidores públicos de Sergipe, entre outras dezenas de categorias.

Em Recife, tem ato público marcado para às 15h, no Parque 13 de Maio.

Na Bahia, será realizada uma plenária no próximo dia 15 para discussão dos pontos onde serão realizados atos, panfletagens e caminhadas. Já tem confirmação de paralisação de petroleiros, químicos, rodoviários, professores, bancários, servidores e metalúrgicos, entre outras categorias.

Também já tem atos sendo marcados em cidades

como Juazeiro, Paulo Afonso, Vitória da Conquista, Itapetininga, Itabuna e Ilheus, entre outras.

Em Sergipe, foi realizada uma assembleia geral unificada e os servidores públicos aprovaram por unanimidade a participação na greve geral do dia 19/2.

- Aprovaram greve no dia 19 os servidores organizados no SINTESE (professores), SINDASSE (Assistentes Sociais), SINDINUTRISE (Nutricionistas), SINPSI (Psicólogos), SINDIJOR (Jornalistas), SINDIJUS (Judiciário), GRUPO ATITUDE (Trabalhadores da Saúde), SINDIFISCO (Auditores), SINTRASE (Servidores), SINTER, SINTASA (Saúde), SINPOL (Policiais), SENGE (Engenheiros) e o Sindicato dos Enfermeiros.

No Ceará, haverá atos e paralisações em todas as regiões do estado, sendo a maior delas marcada no Centro de Fortaleza. A partir das 9h haverá uma caminhada pelas ruas do Centro com concentração na Praça da Bandeira.

Em Teresina, tem ato marcado para às 8h, na Praça Rio Branco

Em Natal, tem ato a partir das 14h, em frente a Agência do INSS, Rua Apodi, 2150 – Tirol.

No Distrito Federal, as ações acontecerão durante todo o dia, culminando numa atividade conjunta entre os sindicatos e os movimentos sociais no final da tarde, a partir das 17h, no Museu da República, em Brasília.

Em Minas Gerais, professores da rede estadual também sinalizaram que vão aderir à paralisação.

Em Santa Catarina, municípios de todo o Estado se unirão à luta contra a reforma da Previdência. O SINTE/SC está orientando que todos os trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de educação paralitem completamente as atividades nas escolas e participem de atos e mobilizações em suas cidades.

Em Florianópolis, o transporte coletivo ficará paralisado durante todo o dia 19. Os trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público

Municipal de Florianópolis (Sintrasem) também vão aderir à greve em defesa da aposentadoria.

A partir das 9h, a CUT e demais centrais sindicais e entidades farão um arrastão no centro da capital para fechar o comércio e os bancos.

E, a partir das 16h, acontecerá um grande ato na Praça de Lutas, que terminará com uma passeata até a agência do INSS.

Em Criciúma, haverá um ato acontecerá a partir das 8h, em frente à agência do INSS.

- Haverá mobilização também em Araranguá, Blumenau, Chapecó e Joinville .

Em Porto Alegre, a mobilização começará antes do sol nascer.

. Às 5h, haverá concentração junto do Monumento ao Lçador, seguida de caminhada até o saguão de embarque do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

. Às 7h, concentração na Estação Rodoviária, onde serão também distribuídos panfletos para esclarecer a população sobre as mentiras espalhadas pelo governo e pela mídia tradicional.

. Às 8h30, haverá marcha até o prédio do INSS, na Travessa Mário Cinco Paus, ao lado do Mercado Público, no centro da cidade. Lá, será realizado um grande ato público em defesa da Previdência e denunciando os deputados que estão se posicionando a favor dessa reforma do golpista Temer.

No Rio de Janeiro, tem ação no aeroporto Santos Dumont de manhã, no embarque dos deputados; e, às 16h, tem ato na Candelária.

Fonte: CUT